

Sumário

Breve apresentação dos autores	5
Apresentação	15

UMA PROPOSTA DE TAXONOMIA PARA AS ECONOMIAS COMPARTILHADA E COLABORATIVA.....	16
--	----

Priscilla Menezes da Silva

Introdução.....	16
1. <i>Homo Sapiens Technologicus</i>	18
2. Compreender para categorizar.....	20
2.1 Analisando a raiz do problema.....	20
2.1.1 Compartilhamento x Colaboração: uma questão conceitual.....	22
2.2 Estudo <i>in concreto</i> : características balizadoras para enquadramento como economia compartilhada ou colaborativa.....	26
2.2.1. Uma nova proposta de uniformização.....	30
Conclusão.....	37
Referências.....	38

PERSPECTIVAS DO DIREITO DA INFRAESTRUTURA COM O SURGIMENTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS (INOVAÇÕES) DISRUPTIVAS	41
--	----

André Saddy

Introdução.....	41
1. Surgimento das terminologias infraestrutura e do direito da infraestrutura.....	45
2. Concepção de rede.....	46
2.1 Custos fixos, comuns e irrecuperáveis.....	47
2.2 Externalidades de rede.....	49
3. Redes públicas (obrigatoriedade de interconexão e livre acesso às redes).....	49
4. Monopólio natural.....	52
5. Construção, financiamento e investimento em infraestruturas públicas.....	53
6. Gestão das infraestruturas públicas.....	57
7. Novas tecnologias (inovações) disruptivas.....	58
8. Afetações das novas tecnologias (inovações) disruptivas nas infraestruturas públicas.....	61

Conclusões.....	65
Referências	66

REGULAÇÃO ESTATAL, AUTORREGULAÇÃO PRIVADA E NOVAS TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS 68

Rodrigo Garrido Dias

Introdução.....	68
1. Regulação Estatal	70
2. Autorregulação Privada	73
3. Qual a definição de Novas Tecnologias Disruptivas?	75
4. Por que regular?.....	77
5. Até onde os reguladores devem intervir?	80
Conclusões.....	83
Referências	85

FOMENTO PÚBLICO ECONÔMICO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA .. 87

Rodrigo da Fonseca Chauvet

Introdução.....	87
1. O conceito de fomento público econômico	90
2. A atividade de fomento público econômico e sua relação com a ciência, tecnologia e inovação	94
3. A função regulatória como norte para a implementação do fomento público econômico em matéria de inovação.....	97
4. Fomento público econômico e desenvolvimento	101
5. Inovação: peculiaridades e riscos que justificam o fomento público econômico.....	105
6. O Estado e o setor privado como parceiros em inovação.....	108
7. Justificativas para o fomento público econômico à inovação no Brasil ...	111
Conclusões.....	117
Referências	118

DESAFIOS DO FOMENTO PÚBLICO À INOVAÇÃO: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES 121

Elisa Mara Coimbra

Introdução.....	121
1. A inovação: uma revisão de literatura crítica	122

2. As possibilidades de fomento público à inovação de acordo com a institucionalidade instituída na ordem econômica de 1988.....	127
2.1 Convênio.....	130
2.2 Subvenção econômica	132
2.3 Financiamento	133
2.4 Investimento	133
3. Principais desafios enfrentados pela política de fomento público na inovação.....	134
Conclusão	140
Referências	141

CARROS AUTÔNOMOS: DESAFIOS PARA A INFRAESTRUTURA E PARA O MODELO REGULATÓRIO BRASILEIRO..... 144

Flávio Luiz de A. Lôbo

Alexandre Costeira Frazão

Introdução.....	144
1. Veículos Autônomos: Conceituação e Histórico.....	147
1.1 Conceituação	147
1.2 Breve histórico do desenvolvimento de veículos autônomos.....	153
2. Regulação de Carros Autônomos	156
2.1 A Necessidade de Regulação.....	157
2.2 A Regulação e a Regulamentação de Carros Autônomos no Plano Internacional.....	158
2.2.1. Portugal, Espanha e França – O projeto AUTOCRIS	159
2.2.2 Alemanha.....	160
2.2.3 Estados Unidos da América.....	163
3. Carros autônomos e infraestrutura no Brasil: estradas e telecomunicações	165
3.1. Rodovias.....	165
3.2 Telecomunicações	167
Conclusões.....	169
Referências	169

BIG DATA E A VENDA DE INFORMAÇÕES: NOVOS PARADIGMAS REGULATÓRIOS 172

Victor Costa Rodrigues

Introdução.....	172
1. O dilema entre publicidade e privacidade de dados	174
2. O Marco regulatório da venda de dados	179
2.1 O que são dados pessoais para doutrina e jurisprudência no Brasil	181
2.2 A venda de dados no Brasil	184
3. Inovações e controles trazidos pela <i>General Data Protection Resolution</i> – GDPR	187
3.1 A figura do <i>Data Protection Officer</i> e <i>Data Protection Authority</i>	190
3.2 Do tratamento de dados dos cidadãos e transferências desses dados	191
4. Medidas para minimizar problemas no tratamento e venda de dados	193
4.1 Identificação de informações.....	195
4.2 A faculdade de compra das próprias informações.....	195
4.3 Notificação sobre vendas de informações	196
5. Polêmicas e tendências	197
Conclusões.....	198
Referências	199

ASPECTOS JURÍDICOS SOBRE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS NO DIREITO BRASILEIRO..... 202

Andrea Drumond de Meireles Seyller

Introdução.....	202
1. Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARPs) no Brasil.....	203
1.1. Breve Histórico.....	204
1.2. Conceitos	206
1.3. Classificações	208
2. As aeronaves remotamente pilotadas como atividade jurídica do Estado	209
2.1. ARPs e atividade prestacional	209
2.2. ARPs e a atividade de ordenação, limitação ou de polícia	213
2.3. ARPs e a Atividade de Promoção, Estímulo, Orientação ou Fomento..	217
Conclusões.....	219
Referências	222

COWORKING E HUBS CRIATIVOS: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PARTICULARES EM PARCERIA EM PROL DE PROJETOS DE INOVAÇÃO..... 225

Pedro Henrique de Mattos Rennó

Thiago Côrtes Florido de Souza

Introdução.....	225
1. O que são <i>Coworking</i> e <i>Hubs Criativos</i>	227
1.1 <i>Coworking</i>	228
1.1.1 Evolução do <i>Coworking</i> no Brasil e no Mundo.....	231
1.2 <i>Hubs Criativos</i>	232
2. Lei 10.973/04: Inovação, incubação e <i>coworking</i>	234
2.1 Lei 10.973/04 e a viabilidade formal de <i>coworkings</i> para incubação.....	234
2.2 Participação societária pelo Estado – incubação e <i>coworking</i>	235
2.3 Caso UFRJ: COPPE. Evolução e Histórico.....	239
3. Formas de utilização de bem público e a viabilidade da parceria entre a Administração Pública e particulares	241
3.1 Autorização de Uso de Bem Público	245
3.2 Permissão de uso de bem público.....	246
3.3 Concessão de uso de bem público	249
4. <i>Coworking/Hubs criativos</i> voltados para a inovação e Administração Pública.....	251
4.1 Caso Curitiba: <i>Workitiba</i>	253
Conclusões.....	256
Referências	258

QUESTÕES JURÍDICAS ACERCA DAS PLATAFORMAS DE
ECONOMIA COLABORATIVA PARA FOMENTAR O TURISMO..... 260

Camila Gonçalves da Silva

Introdução.....	260
1. Economias de plataforma e fomento ao turismo: uma nova forma para economia de acesso	262
1.1. Economia e Fomento ao Turismo no Brasil	263
2. Plataformas colaborativas de fomento ao Turismo versus setores de hotelaria e imobiliários e a concorrência desleal	268
3. Problemas para regulação das plataformas digitais de fomento ao turismo	272
3.1 A agenda europeia para economia colaborativa	275
3.1.1 Acesso ao mercado	275
3.1.2 Da Responsabilidade	277
3.1.3 Da Tributação	280

Conclusões.....	282
Referências	283

A ATIVIDADE LIMITATÓRIA DO ESTADO NO CONTROLE DA
PRODUÇÃO DE ARMA DE FOGO EM IMPRESSORA 3D..... 286

Leonardo Ferreira Barbosa da Silva

Renata Shaw

Introdução.....	286
1. A tecnologia de manufatura aditiva ou impressão 3D.....	288
2. Impressoras 3D e armas de fogo.....	294
3. Aspectos limitatórios da confecção de armas de fogo através da tecnologia de manufatura aditiva	296
3.1. Estatuto do Desarmamento	302
Conclusões.....	305
Referências	306